

SUJEITO E FRAGMENTAÇÃO: UMA VISÃO DO GÊNERO*

Marko Synésio Alves Monteiro¹

Resumo: Neste trabalho busco explorar a idéia de descentramento ou fragmentação do sujeito, tal como ela aparece nos debates feministas e *queer* a respeito do gênero e da identidade. Explorando teóricos sociais como Giddens e Bourdieu, e feministas da “segunda onda”, argumento que uma visão do sujeito chamado cartesiano ou unificado empobrece a análise a respeito do gênero, limitando nosso escopo de visão.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Estilo de vida. Sujeito. Fragmentação. Teoria *queer*. Identidade.

THE SUBJECT AND FRAGMENTATION: A ‘GENDERED’ PERSPECTIVE

Abstract: In this article I explore the idea of the “de-centering” or “fragmentation” of the subject, as it pertains to Gender Studies and Queer Studies. I discuss social theorists such as Pierre Bourdieu and Anthony Giddens, along with Second Wave feminists as well as queer theorists, trying to articulate an argument about how the unified idea of the Cartesian subject impoverishes the analysis and limits our scope in understanding gender.

Key words: Gender. Feminism. Lifestyles. Subject. Fragmentation. Queer theory. Identity.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, parte de minha pesquisa de mestrado a respeito das masculinidades contemporâneas e suas representações em revistas masculinas (MONTEIRO, 2000b; ver também MONTEIRO, 2000a), faz uma breve discussão a respeito da idéia atual de “fragmentação” da noção de sujeito, e como esse debate aparece em algumas teorizações do gênero correntes. Meu objetivo é mostrar como a concepção tradicional de sujeito enquanto entidade unificada e coerente traz à análise, especialmente a do gênero, um viés que impede a visualização de fenômenos contemporâneos importantes, tais como as mudanças nas masculinidades que analisei em outros trabalhos.

Pesquisando as representações da masculinidade contemporânea, encontrei um forte componente de diversidade e multiplicidade, que não é explicado de forma satisfatória por teorias calcadas no chamado “sujeito cartesiano”, criticado por muitas feministas atuais. O debate sobre estilos de vida diversos, que também abordo no trabalho, fornece da mesma

* Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, desenvolvida no âmbito do mestrado em Antropologia da UNICAMP (finalizado em 2000), e teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ Doutorando em Ciências Sociais – UNICAMP.

forma pistas importantes para uma melhor compreensão de como as diversidades atuais do gênero se articulam com a esfera do consumo.

Passando por teóricas feministas e da chamada teoria *queer*, ligada aos movimentos por direitos de homossexuais, esse trabalho busca, assim, explorar como essas teorias ligadas ao gênero desconstruem o conceito de sujeito, e como tais desconstruções servem de base para uma atuação política. A meu ver, uma maior atenção a esses desdobramentos teóricos se faz importante na compreensão e debate atuais a respeito do gênero e de como essas determinantes atuam na sociedade e nas práticas simbólicas, ligadas ao consumo e à mídia, por exemplo.

2 SUJEITOS E ESTILOS DE VIDA

As discussões em torno da categoria gênero e da teoria *queer* se inserem num contexto mais amplo da teoria social contemporânea, em que a noção de sujeito é colocada em xeque por várias vertentes. Uma discussão a respeito de como o gênero naturaliza as identidades sexuais só se torna possível se for também associada ao questionamento da chamada noção cartesiana do sujeito (BUTLER, 1990). Essa noção cartesiana, que é base de muitas das teorias sociais, é também, na opinião de vários autores (não somente os *queer*), um dos obstáculos a uma compreensão mais refinada de processos sociais contemporâneos. Todo o debate atual em torno da identidade, seja ela de gênero, raça ou etnia, passa por uma discussão de como o sujeito deve ser pensado.

Segundo Stuart Hall (1998), um dos autores mais influentes nesse debate sobre identidade, estamos atualmente num momento de transição, no qual velhas referências que estabilizavam nossas percepções e metodologias perdem paulatinamente o sentido.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (op. cit., p. 7)

A preocupação de Hall, portanto, é investigar essa suposta crise de identidade, suas origens e suas conseqüências. Ele assume uma postura simpática à interpretação de que as identidades modernas estão sendo descentradas. Seu argumento principal é que essas referências que funcionavam como âncoras de estabilidade, enquanto características que

definiam aquilo que éramos no mundo – como classe, sexo, raça, nação etc. – estão sendo deslocadas e fragmentadas. As mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea colocam em xeque a estabilidade dessas categorias, com conseqüências para a nossa sensação de bem-estar no mundo.

E isso porque, ao mesmo tempo, nossas identidades pessoais se transformam, acaba-se o sentimento de segurança, nossa certeza enquanto sujeitos estáveis e integrados. Essa perda de um sentido integrado de si é o que Hall chama de *descentramento do sujeito*. Isso ocorre tanto em relação ao lugar do indivíduo em seu mundo social, quanto em relação à sua intimidade ou “subjetividade”. A crise atinge em cheio a própria noção de indivíduo como portador de peculiaridades, papéis estáveis e subjetividade. Assim, para o autor, o indivíduo contemporâneo não possui mais um senso de identidade fixo ou essencial.

Esse processo ocorre num momento histórico no qual se multiplicam sistemas de significação e representação cultural (*op. cit.*, p. 3). O sujeito, assim confrontado com uma multiplicidade de referenciais possíveis, perde seu senso de segurança existencial, pois qualquer identidade poderia lhe servir, pelo menos temporariamente.²

Giddens (1991) também se ateu à questão do sujeito contemporâneo como um ser de alguma forma múltiplo ou não essencial. Segundo ele, vivemos num contexto pós-tradicional, em que as certezas da tradição se esvaem numa multiplicidade de sistemas peritos que lutam pela legitimidade. Para esse autor, a tradição é, por definição, um conjunto fixo de preceitos dentro dos quais o sujeito vive, que expressam a “verdade” das coisas e que adquirem um estatuto metafísico de realidade. O contexto atual é de multiplicidade e, em vez de uma tradição única, temos múltiplos referenciais igualmente “legítimos”.

O sujeito, nesse contexto, é forçado a fazer escolhas constantemente; sua coerência e estabilidade se tornam uma tarefa *reflexiva* diária, em que referenciais múltiplos são filtrados e se incorporam ao indivíduo na forma de um estilo de vida particular, que passa a ser uma expressão da sua própria subjetividade e que não se refere somente à esfera do consumo ou da aparência, mas à narrativa de vida, do *self*, do sujeito. Na definição do autor,

*Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto de práticas mais ou menos integradas as quais o indivíduo toma pra si; não somente por que o sujeito supre com tais práticas necessidades utilitárias, mas por que elas dão forma material a uma narrativa particular da identidade do eu (self)*³.
(GIDDENS, 1991, p. 81)

² Sobre essa insegurança ontológica, ver também Giddens (1991).

³ No original “A lifestyle can be defined as a more or less integrated set of practices which an individual embraces, not only because such practices fulfil utilitarian needs, but because they give material form to a particular narrative of self-identity.” (traduções minhas).

O estilo de vida pressupõe um aglomerado de hábitos e predisposições, e apresenta, portanto, uma certa unidade (*op. cit.*, p. 82), o que possibilita ao indivíduo uma sensação de segurança ontológica ou existencial, por constituir a busca de um conjunto de referências mais ou menos fixas num mundo povoado pela incerteza e pelo contingente. No entanto, Giddens reafirma que, mesmo tendo essa coerência, todas as opções feitas são passíveis de serem questionadas e reestudadas reflexivamente, incorporando outros referenciais. Ele afirma também que nem todas as possibilidades estão disponíveis para todos, e, portanto, a escolha não é completamente livre de coerções. Há elementos de classe, maior visibilidade social de certos estilos de vida e pressões de grupos de convivência.

Bourdieu, a partir da sua noção de *habitus*, vê o estilo de vida de forma um pouco diferente:

Às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos de estilos de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o habitus, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais é produto. (BOURDIEU, 1983, p. 82)

Vemos como o estilo de vida, para Bourdieu, não se separa do *habitus* do sujeito. A partir de suas condições objetivas, o que supõe uma certa inserção diferenciada de classe, acesso a bens materiais e simbólicos, forma-se um *habitus* particular que engendra um certo estilo de vida. Não se trata de uma determinação simples das condições materiais sobre as formulações simbólicas do *habitus*. Este não é mera formulação simbólica de uma realidade material, mas é um devir, que inclui e pressupõe uma ação diferenciadora e uma formulação sobre a ação. Esse devir forma o *habitus* e estruturas cognitivas distintas de gosto, de que resultam diferentes estilos de vida. Bourdieu (*op. cit.*), mencionando a dialética da distinção, afirma que a elite busca distanciar seus valores estéticos das necessidades materiais e do gosto das classes baixas, a fim de manter uma distância simbólica que reafirma seu valor superior.

Para Bourdieu, portanto, o *habitus* irá determinar o gosto de classe e o modo de ser de um grupo. Como apontou Giddens a respeito de Bourdieu, variações de estilo de vida entre grupos são elementos fundamentais de estratificação ou diferenciação de *status* entre eles, e não meramente resultado de diferenças de classe e de inserção na produção.

Esse aspecto da relação entre o simbólico e o material é reafirmado por Bourdieu (1995) na discussão sobre a dominação masculina, em que o conceito de *habitus* é usado para pensar as relações entre os sexos. Num diálogo com as teorizações feministas, o autor formula

uma crítica à naturalização da prática de se distinguir os sexos (a dualidade homem/mulher) e ao estabelecimento dessa dominação social no âmbito de uma essência, com raízes metafísicas ou biológicas. Na passagem a seguir, ele comenta o *habitus* em relação ao sexo e nos dá uma idéia de como repensar o sujeito:

O habitus produz construções socialmente sexuadas do mundo e mesmo do próprio corpo que, sem serem representações intelectuais, não são menos ativas, e respostas sintéticas e adaptadas que, sem serem fundadas no cálculo explícito de uma consciência mobilizando uma memória, não são tampouco o produto do funcionamento cego de mecanismos físicos ou químicos capazes de dispensar o espírito. Através de um trabalho permanente de formação, de Bildung, o mundo social constrói o corpo, ao mesmo tempo como realidade sexuada e como depositário de categorias de percepção e de apreciação sexuanes, que se aplicam ao próprio corpo na sua realidade biológica. (BOURDIEU, 1995, p. 144)

Portanto, Bourdieu se depara aqui com a oposição, arraigada no pensamento social, entre material/simbólico, objetivo/subjetivo. Seu conceito de *habitus* é uma tentativa de ir além dessa oposição, não sendo fruto de uma escolha livre e racional, mas tampouco sendo simples determinação biológica. O *habitus* é um constante devir, um constante *Bildung*, que constrói a realidade ao mesmo tempo em que estrutura a sua percepção. Como pensar as determinações da estrutura sem perder de vista o aspecto da *agency*, das respostas e dos investimentos diferenciados dos sujeitos frente a essas estruturas? Ao mesmo tempo, como pensar a *agency* sem retomar o sujeito cartesiano, completamente racional e pré-discursivo (BUTLER, 1990)?

Lash (1997, p. 184) afirma que tanto Giddens como Bourdieu foram chamados “teóricos da estruturação”, por adotarem teorias segundo as quais o ator social está engajado na construção de estruturas. Mas em Bourdieu, em oposição a Giddens, há uma dualidade reflexiva do pensar sobre a estrutura, pois ela é tanto resultado da ação como seu meio reflexivo. Assim, Bourdieu se distanciaria tanto de uma visão radicalmente estruturalista, como de teóricos de uma ação racional. O sujeito de Bourdieu, para Lash, está desde já inserido numa matriz de práticas estabelecidas; portanto, sua escolha e sua ação não estão completamente separadas da estrutura. Ele explicita melhor esse ponto ao falar da teoria da ação:

O habitus está, portanto, muito distante da “ação”. A teoria da ação fala a linguagem do “ato unitário”; o habitus, a linguagem das atividades contínuas. A teoria da ação pressupõe, pelo menos implicitamente, um ator desincorporado, minimizador do custo e maximizador do benefício, e com preferências determinadas. O habitus só existe quando situado em seu “mundo”. A teoria da ação é freqüentemente “construtivista”, em que a ação é a força motriz que está por trás da estrutura, como, por exemplo, em

“redes de atores”. O habitus, ao contrário, supõe um certo “arremessar-se” em uma rede de práticas e significados já existentes. (LASH, 1997, p. 187)

3 SUJEITO E FEMINISMO

A discussão sobre sujeito passa por vários debates fundamentais no momento contemporâneo, a respeito dos fundamentos da política. Pois há um embate entre os pensadores que, *grosso modo*, buscam se afastar de referenciais “modernos” de política (o que inclui o sujeito cartesiano, como já colocado) e aqueles que, como Habermas, ainda apostam nos ideais libertários da modernidade, em oposição ao chamado irracionalismo de esquerda.

Por exemplo, no interior do feminismo, existe uma forte discussão sobre se o movimento deve ou não abandonar referenciais “modernos”. Autoras como Butler (1990) e De Lauretis (1990; 1993; 1994) se posicionam claramente a favor desse abandono. As teorias feministas sobre gênero e as chamadas teorias *queer* são as mais relevantes nesse questionamento teórico-político, levado a cabo de forma particularmente intensa nos Estados Unidos. Alguns autores têm encaminhado suas análises de forma a colocar em dúvida o que chamam de “modelo identitário” para as políticas feministas, *gays* e lésbicas, que segundo eles, tem pautado as formas de engajamento político dos movimentos feministas e *gays*, além das formulações teóricas construídas por autores engajados nessa luta. Autoras como Joan Scott (1988), Judith Butler (1990) e Teresa de Lauretis (1990; 1994), entre outras, buscam, para elaborar sua crítica, rediscutir o estatuto do sujeito de forma a compreender melhor como o corpo biológico adquire identidades sociais de gênero.

As novas teorias sobre o gênero, muitas delas realizadas sob o rótulo do “pós-estruturalismo”, fazem a crítica de categorias como “homem” e “mulher” enquanto identidades solidamente articuladas e imutáveis, ou mesmo necessárias ou inevitáveis. Essas feministas pós-modernas se contrapõem ao feminismo clássico por fazerem esse tipo de crítica à constituição de um sujeito político privilegiado para o feminismo, “a mulher”, que supostamente as unificaria sob uma gama de interesses comuns. Em vez de defender a homogeneidade de um grupo como “as mulheres” e salientar sua condição de oprimidas (movimento que homogeneiza os homens numa posição de dominância), os chamados *estudos de gênero* têm buscado uma visão mais pluralista.

Essas feministas, assim como os autores identificados como *queer*, foram bastante influenciadas pela noção de poder difuso de Foucault (1993), que utilizam para explorar as diferenças internas a cada grupo identitário, na busca de uma visão mais refinada e sofisticada

de complexas relações de poder exercidas tanto no âmbito “microscópico” das relações interpessoais quanto nos âmbitos mais amplos de uma dada sociedade.

O questionamento da oposição entre homem e mulher, a crítica da chamada “matriz heterossexual”, ou heterossexualidade compulsória, e a contestação de um pensamento identitário ou social-construcionista são alguns dos temas que podem ser analisados a partir dos trabalhos dessas autoras. Apesar de serem lidas em nosso país como genericamente “feministas” ou especialistas no “gênero” de forma ampla, autoras como Teresa de Lauretis e Judith Butler ajudam também a compor o que nos Estados Unidos se chamou *Queer Theory*, que realiza um diálogo importante com uma reviravolta não só do feminismo, mas também dos movimentos *gays* e lésbicos daquele país frente a táticas inovadoras do movimento *Queer Nation*. Os questionamentos dessas autoras dizem respeito, portanto, ao gênero monolítico “mulher” e compõem uma rediscussão das categorias *gay* e lésbica como imutáveis e coerentes.

Em inglês, *queer* é um adjetivo que significa *esquisito*, *ridículo* ou *adoentado*. Em países de língua inglesa, *queer* sempre foi uma forma de abuso verbal contra populações *gays* e lésbicas (como “bicha” ou “veado” e “sapatão” em nosso país). Mais recentemente, *queer* denota um novo tipo de movimento social que rejeita as bases identitárias dos movimentos *gays* e lésbicos tradicionais e busca uma coalizão de diferenças como forma de organização (WARNER, 1993; SLAGLE, 1995; JAGOSE, 1996).

Assim, aqueles segmentos que não se sentiam representados pelas reivindicações dos homossexuais libertários começaram a criticar as táticas desse movimento, que buscava uma estratégia de assimilação (*gays* e lésbicas não são diferentes de heterossexuais na essência) e constituía uma base identitária sólida, coerente para o sujeito *gay*, a partir do chamado “orgulho *gay*” (SLAGLE, 1995). Esse tipo de essencialismo identitário começou a ser criticado por se basear em valores de classe média brancos e não ser representativo de todos os sujeitos não heterossexuais (JAGOSE, 1996; WARNER, 1993; SLAGLE, 1995). Movimentos como *Queer Nation*, e outros, que não se mobilizam em torno de uma essência ou identidade fixa, mas em torno de uma diferença radical em relação ao padrão normativo heterossexual, começam assim a surgir como alternativas aos movimentos *gays* tradicionais nos Estados Unidos.

O debate cresce à medida que aumenta a influência de Foucault (1979; 1990; 1993) sobre o pensamento feminista. Foucault, no contexto dessa discussão, é visto pelas correntes “pós-modernas” como um autor fundamental, que possibilita vislumbrar saídas produtivas dos impasses colocados pela racionalidade moderna. Ao mesmo tempo, é

combatido por autores contrários a essa corrente como um filósofo irracionalista, que vê poder em toda parte e que, ao negar a possibilidade de ação pelo sujeito, impossibilita qualquer mudança política.

Young (1986), ao discutir as teorias políticas do modernismo, se posiciona fortemente contra um retorno desses ideais enquanto saída para o impasse. Segundo ela, do ponto de vista do feminismo, pretensões de uma racionalidade universal são opressivas, especialmente para sujeitos excluídos como mulheres, homossexuais e negros.

*As feministas contemporâneas, ao perceberem que após dois séculos tendo fé que o ideal da igualdade e da fraternidade incluía as mulheres não havia trazido a emancipação feminina, começaram a questionar a fé ela mesma. Análises feministas recentes da teoria e prática política modernas argumentam cada vez mais que os ideais do liberalismo e do contratualismo, como igualdade formal e racionalidade universal, são profundamente marcados por preconceitos masculinos a respeito do que significa o ser humano e sobre qual é a natureza da sociedade. Se a cultura ocidental moderna tem sido largamente dominada pelos homens, essas análises sugerem, então há pouca esperança de purificar alguns de seus ideais para tornar possível a inclusão das mulheres.*⁴ (YOUNG, 1986, p. 58)

Sua crítica vai no sentido de mostrar como os ideais do modernismo na política criam uma oposição repressiva entre razão e emoção, como ponto de partida fundamental para os ideais modernos de sujeito, Estado e cidadão. Essa oposição coloca sempre o feminino do lado da emoção, do afeto e do corpo, criando assim as bases epistemológicas para a sua exclusão da esfera pública, já que esta, tal como idealizada pelos autores modernos, é o reino de um ponto de vista imparcial, universal, sem lugar para a emoção. Somente os homens, segundo a crítica feminista, incorporariam esse ideal, tendo, portanto, acesso privilegiado à esfera pública, ao Estado.

Esses ideais, diz Young, inspirada no pensamento de Adorno e Horkheimer (1978), recaem numa lógica da identidade, reprimindo e negando as diferenças intrínsecas aos sujeitos como forma de unificar a todos em torno de ideais abstratos como razão e imparcialidade. Essa unificação, por reprimir a proliferação da diversidade, excluiria do âmbito da política aqueles sujeitos cuja diferença não cabe nessa construção supostamente universal. Quaisquer apelos a ideais humanos universais, do ponto de vista dessa autora, são autoritários por suprimir diferenças que, no final, servem como base de exclusões do espaço

⁴ “After two centuries of faith that the ideal of equality and fraternity included women has still not brought emancipation for women, contemporary feminists have begun to question the faith itself. Recent feminist analyses of modern political theory and practice increasingly argue that ideals of liberalism and contract theory, such as formal equality and universal rationality, are deeply marred by masculine biases about what it means to be human and the nature of society. If modern culture in the West has been thoroughly male dominated, these analyses suggest, then there is little hope of laundering some of its ideals to make it possible to include women.”

público “universal”. Esse universalismo, que recorre a uma essência⁵ para unificar sujeitos empiricamente diversos, seria, portanto, um entrave à emancipação daqueles sujeitos efetivamente excluídos.

4 CONCLUSÃO

Um ponto importante a ser enfatizado, dado o debate anterior, é o de que o abandono da idéia tradicional do sujeito não acarreta automaticamente uma perda dos referencias possíveis para a política. Àqueles que somente enxergam a política feita por sujeitos coerentes, os autores que discuti respondem que apostar num sujeito unificado e unitário é na verdade apagar diferenças importantes no interior de grupos que são assim excluídos e calados do processo. Em nenhum momento, tais autores, é importante lembrar, desistem da luta libertária por conta de uma suposta imobilidade causada pela desconstrução do sujeito.

Pelo contrário, seria pela proliferação de diferenças (BUTLER, 1990) que o potencial fortemente libertário de movimentos como o homossexual e o feminista seria mais plenamente alcançado. Sem negar as dificuldades de concretização desses ideais, devido às divisões inerentes a tais movimentos, creio que para o cientista social é oportuno e construtivo prestar atenção a tais discursos, como forma de manter o máximo de objetividade possível em suas análises. O perigo ao abordarmos objetos como a masculinidade é de somente perceber um grupo homogêneo de dominadores, ou no caso dos homossexuais, de vítimas. Perceber as nuances internas a cada categoria é também apontar que nenhuma delas é monolítica e metafísica; são históricas e construídas em constante processo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: Ortiz, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

_____. A dominação masculina. In: *Educação e Realidade*, 20(2), 1995, p. 133-184.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York and London: Routledge, 1990.

⁵ “The logic of identity consists in an unrelenting urge to think things together, in a unity, to formulate a representation of the whole, a totality. This desire itself is at least as old as Parmenides, and the logic of identity begins with the ancient philosophical notion of universals. Through the notion of an essence, thought brings concrete particulars into unity.” (Young, 1986:61).

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: Holanda, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-42.

_____. Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness. In: *Feminist Studies*, 16(1), 1990, p. 115-51.

_____. Sexual indifference and lesbian representation. In: Ablove, Henry, Barale, Michèle Aina, Halperin, David M. (orgs.). *The lesbian and gay studies reader*. London: Routledge, 1993, p.141-58.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. *Modernity and self identity: self and society in the late Modern Age*. Cambridge: Polity, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: Lima, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 159-207.

JAGOSE, Annamarie. *Queer theory; an introduction*. New York: New York University Press, 1996.

LASH, Scott. A Reflexividade e seus duplos; estrutura, estética e comunidade. In: Giddens, Anthony et al.(orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 135-207.

MONTEIRO, Marko. *Tenham piedade dos homens! Masculinidades em mudança*. Juiz de Fora: FEME, 2000^a.

MONTEIRO, Marko. *Masculinidades em Revista: um estudo da Sui Generis, VIP Exame e Homens*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas: 2000b.

SLAGLE, R.. In defense of queer nation; from identity politics to a politics of difference. *Western Journal of Communication*, vol. 59, n. 2, 1995, p. 85-102.

WARNER, Michael (org.). *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

YOUNG, Iris Marion. Impartiality and the Civic Public: Some Implications of Feminist Critiques of Moral and Political Theory. In: Benhabib, Seyla, Cornell, Drucilla (eds.). *Feminism as Critique: Essays on the Politics of Gender in Late-Capitalist Societies*. Cambridge: Polity, 1986, p. 57-77.

Marko Synésio Alves Monteiro
Rua: Maria Antonia, 100/53
Vila Buarque – São Paulo/SP
CEP 01222-010
E-mail: markosy@uol.com.br

Recebido: 26/05/2004
Aprovado: 16/06/2004